



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8591 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT09 - Trabalho e Educação

CONDIÇÕES DE TRABALHO COMO UM ELEMENTO DE VALORIZAÇÃO DOCENTE
 Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves - UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-árido
 Daniel Lucas Melo dos Santos - UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-árido

CONDIÇÕES DE TRABALHO COMO UM ELEMENTO DE VALORIZAÇÃO DOCENTE.

Trabalho Docente, Condições de Trabalho, Política de Valorização Docente, Trabalho, Educação.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a valorização docente, vive, notoriamente, um processo de construção e reconstrução, devido a um conjunto de diretrizes e leis que foram pensadas na perspectiva de contribuir para melhorias na vida profissional do professor e na qualidade da educação. Há um consenso entre estudiosos da política de valorização docente, que a compreende em quatro elementos, sendo eles: carreira, remuneração, formação (inicial/continuada) e condições de trabalho. Este último é o elemento de estudo dessa pesquisa, desenvolvida através de uma bolsa de iniciação científica voluntária (PIVIC), ligada ao núcleo de Gestão e Políticas Educacionais do Grupo de Estudo e Pesquisa em Teoria Política, Sociedade e Educação (GETEPS).

A questão problema dessa pesquisa se deu através da necessidade de se compreender o que os estudiosos da área compreendem como condições de trabalho e dos documentos e legislações que abordam a política de valorização docente. A metodologia aplicada neste estudo corresponde à revisão bibliográfica. Para Gil (2002, p. 44) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida em material já elaborado, em sua maioria, constituída por livros e artigos científicos, ocorrendo também a possibilidade de desenvolver através de impressos diversos. Sobre a diferença entre uma pesquisa bibliográfica e documental, Gil (2002, p. 46) afirma que há uma grande semelhança entre essas duas formas de pesquisa, e o que as difere são suas fontes, pois, enquanto a bibliográfica corresponde fundamentalmente às contribuições

desenvolvidas por vários autores sobre as discussões do objeto da pesquisa, a pesquisa documental se debruça em materiais que não receberam tratamento analítico ou que possam ser reanalisados de acordo com a pesquisa, tendo um destaque para os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, incluindo diversos tipos de documentos, como memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, entre outros.

Dentre os autores que discutem o assunto desta pesquisa, selecionamos os estudos de Oliveira e Vieira (2012), Gatti (2011), Vicentini e Lugli (2009), Monlevade (1996) e Brzezinski (2008). Buscamos encontrar elementos que possam definir as condições de trabalho, para que possamos compreender o quanto esse elemento é necessário e importante para a valorização docente.

Condições de trabalho docente como elemento essencial no processo de valorização docente

A década de 1990 foi marcada por reformas educacionais que reconfiguraram a profissão docente, exigindo a participação de toda a comunidade escolar no planejamento educacional, ampliando seu espaço de atuação, e juntamente com outros fatores, acarretando a intensificação do seu trabalho. Sobre o trabalho docente, Gatti (2011, p.25) afirma: “Cada vez mais, os professores trabalham em uma situação em que a distância entre a idealização da profissão e a realidade de trabalho tende a aumentar, em razão da complexidade e da multiplicidade de tarefas que são chamados a cumprir nas escolas”. Contudo, além da existência de políticas que precarizam e fragmentam o trabalho docente, há também ações que valorizam a profissão, como a Lei Federal do Piso Salarial Profissional Nacional dos Professores (Lei nº 11.738/08) e as Diretrizes Nacionais para Carreira do Magistério (Oliveira e Vieira, 2012).

Faz-se necessário compreender, que as mesmas ações que valorizam a profissão, também deixam lacunas, as quais limitam os avanços na valorização do profissional docente. Um dos fatores que contribuem para que isso aconteça, são as próprias legislações que pautam a valorização, uma vez que estas podem ser interpretadas de maneiras distintas, dando margem para que a implementação ocorra de acordo com os interesses de quem está no poder.

A política de valorização docente, como é conhecida, corresponde a quatro elementos que valorizam o profissional docente, estes elementos são indissociáveis e interligados, sendo as condições de trabalho nosso objeto de estudo bibliográfico.

Acerca das condições de trabalho, Oliveira e Vieira (2012, p. 156), a definem como um “conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho, envolvendo as instalações físicas, os materiais e insumos disponíveis, os equipamentos e meios de realização das atividades e outros tipos de apoio necessários, dependendo da natureza da produção”. Para essas autoras, as condições de trabalho estão relacionadas às relações de emprego, portanto, dizem respeito às formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade. Sendo assim, Oliveira e Vieira (2012) definem que as condições de trabalho estão diretamente relacionadas às condições de vida do trabalhador, corroborando com as reflexões de Marx, quando este defende que a luta por melhores condições de trabalho deve ser objeto permanente da resistência do movimento dos trabalhadores no interior do sistema capitalista.

Nesta primeira tentativa de compreendermos as condições de trabalho, como um

elemento que valoriza a profissão docente, entendemos que ela está intimamente ligada às condições do processo de trabalho nas escolas, isso significa que depende de inúmeros fatores, como por exemplo, a jornada de trabalho, os recursos materiais, o tempo e espaço para o desenvolvimento das atividades planejadas, o horário de trabalho, as formas de admissão, o movimento da carreira docente, as condições de remuneração, a relação de número de alunos por professor, entre outros fatores que permeiam o contexto educacional. No que se refere aos espaços, Oliveira e Vieira (2012, p. 157) afirmam que “as condições de trabalho docente se referem à forma como está organizado o processo de trabalho nas unidades educacionais, compreendendo escolas, pré-escolas, creches e outros espaços em que se desenvolve o processo educativo”.

Vicentini e Lugli (2009) complementa a discussão, definindo que as condições concretas em que ocorre o trabalho docente, incluem as condições de lugares utilizados para o exercício do magistério, as estratégias de seleção (ou falta delas) de docentes, as condições institucionais de pagamento e o controle do trabalho (inspeção escolar). Contudo, historicamente, o trabalho docente é marcado por precarizações e desvalorização, diante das péssimas condições de trabalho. Sobre isso, Oliveira e Vieira (2012, p. 156) esclarecem “a análise sobre as condições de trabalho deve se situar no tempo e no espaço, ou seja, no contexto histórico-social e econômico que as engendram”.

No contexto de mercantilização da educação, a educação está, cada vez mais, ligada aos interesses econômicos transnacionais, do Banco Mundial (BM), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Organização Geral Mundial do Comércio em Serviços (AGCS/GATT), influenciando as condições de exploração, intensificação e ampliação da jornada de trabalho contratada para o exercício da docência.

Monlevade (1996) destaca a exploração e as lacunas nas condições de trabalho do professor. Para o autor, a garantia do direito que é dada ao professor do acúmulo de cargos torna-se uma prerrogativa de que esse profissional será intensamente explorado. Da mesma forma que a redução da jornada de trabalho também é uma estratégia que viabiliza o acúmulo de cargos por parte dos professores, de forma que o Estado somente precise pagar mais aos que trabalhem mais. Contudo, esse fato se constitui um crime contra a qualidade do ensino e da valorização docente. Para que a valorização aconteça, o movimento correto deve ser contrário, ou seja, é preciso ampliar os investimentos com educação e o pagamento de professores e incentivar a jornada única e carreira unificada.

Essa análise nos possibilita compreender que se faz necessário ter boas condições de trabalho, para que o professor não seja reduzido a uma “Máquina de dar aulas”, como ocorre atualmente. (MONLEVADE. 1996).

Por esse motivo, Brzezinski (2008) aponta que a solução para os problemas da valorização o docente, dentre eles, as condições de trabalho, depende das ações desenvolvidas pelo Estado, ressaltando que não haverá equacionamento da questão enquanto o Estado brasileiro não assumir uma política global de formação e valorização destes profissionais.

Condições de trabalho docente: a visão dos estudiosos da política de valorização docente e as legislações

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a compreensão dos estudiosos da política de valorização docente acerca das condições de trabalho e de documentos e legislações que

contemplam essa política.

Os estudos bibliográficos nos permitiram a compreensão de que as condições de trabalho do profissional docente correspondem a um conjunto de recursos que viabilizam a realização do trabalho, tais como, os materiais, insumos e as condições de emprego, ou seja, as diversas formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade, que refletem diretamente na jornada de trabalho desses profissionais, no horário de trabalho, de entrada e saída, o movimento da carreira docente, as condições de remuneração, a relação entre número de alunos por professor, incluem as condições de lugares utilizados para o exercício do magistério, as estratégias de seleção (ou falta delas) de docentes, as condições institucionais de pagamento e o controle do trabalho (inspeção escolar). Abrange a forma como os espaços escolares estão organizados, como escolas, pré-escolas, creches e outros espaços onde se desenvolve processos educativos.

Para entender outro aspecto das condições de trabalho, é necessário avaliar o elemento no espaço e tempo ao qual faz parte, isso significa analisar o contexto social, histórico e econômico, essa perspectiva está diretamente relacionada ao pensamento marxiano. O trabalho docente, historicamente, é marcado por precarizações e desvalorizações que ocorrem desde o tempo dos Jesuítas e das aulas régias, sistematizando o primeiro ensino público e laico no Reino de Portugal, impactando, diretamente, no Brasil, ou na própria questão da mercantilização da Educação, tornando as péssimas condições de trabalho mais evidentes, já que nas últimas décadas as decisões na política educacional brasileira estão orientadas pelos princípios do neoliberalismo, que estão ligados aos interesses econômicos transnacionais como do Banco Mundial (BM), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Organização Geral Mundial do Comércio em Serviços (AGCS/GATT), onde a educação compõe um dos doze itens de serviços, o trabalho docente, portanto, abrange as dimensões administrativas, pedagógicas e financeiras da escola, inserindo os profissionais em condições de exploração, intensificação e ampliação da jornada de trabalho contratada para exercício da docência.

Tomando como exemplo o direito do professor em acumular cargos, podemos compreender que este profissional é intensamente explorado, mesmo quando ocorrem conquistas em sua carreira. Isso porque, ao mesmo tempo em que ocorre a redução da jornada de trabalho, uma estratégia que viabiliza o acúmulo de dois ou três cargos pelos professores, de forma que o Estado só precise pagar mais a quem trabalha mais. De fato, compreendemos que isso se constitui um crime contra a qualidade do ensino. O movimento correto deveria ser justamente o contrário, é necessário ampliar o investimento em educação e no pagamento de professores, assim como, incentivar a jornada única e a carreira unificada desses profissionais, sendo inclusive, uma das bandeiras de luta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Outras lacunas podem ser identificadas, dessa vez, em documentos e legislações que pautam a valorização docente, como ocorreram no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), e que ocorrem na Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e no Plano Nacional de Educação (2014-2024) – Lei n.13.005/2014.

A revisão bibliográfica aponta que, a solução para os problemas da valorização docente vai depender das políticas desenvolvidas pelo Estado, pois não haverá equacionamento dessa problemática enquanto o Estado Brasileiro não assumir uma política de valorização desses profissionais, especialmente aqueles que atuam na educação básica, oferecendo melhores condições de trabalho, carreira, remuneração, e formação ao qual atenda suas necessidades na

profissão docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica desenvolvida evidencia que as condições de trabalho não se limitam apenas às condições arquitetônicas, mas que podem abranger outros aspectos como número-aluno-professor, os materiais, equipamentos e insumos disponíveis, as formas de organização das instituições, as condições de contrato e de remuneração, perpassando vários outros aspectos que dão dignidade a profissão docente, de forma que os diversos tipos de condições da realização da profissão docente variam de acordo com o contexto e as necessidades dos espaços escolares e não escolares de educação básica.

De fato, é um consenso entre os autores, de que as condições de trabalho deve ser compreendidas a partir da análise do contexto histórico, social e econômico que ele está inserido, corroborando diretamente com as reflexões filosóficas de Karl Marx. A respeito dos documentos e legislações que incluem e que pautam a política de valorização docente, é imprescindível a compreensão de que o Estado Brasileiro, nas últimas décadas, se encontra regulado no ideário neoliberal, e que essas políticas influenciadas por esse modelo econômico, deixam lacunas que impedem a valorização dos profissionais docentes, como ocorrem no caso do direito dado a esses profissionais ao acúmulo de cargos e na redução da carga horária de trabalho, que precarizam o trabalho docente.

A pesquisa possibilitou evidenciar, também, a necessidade de fiscalização das formas como essas políticas estão sendo efetivadas, já que há uma grande diferença entre a idealização e a aplicação dessas políticas, tornando-a, cada vez mais, distante da realidade enfrentada pelos profissionais que atuam na educação, especialmente, na educação pública básica. Além disso, o sistema capitalista implicou novas configurações ao trabalho docente, pois, com o processo de descentralização, no qual se exige a participação de toda a comunidade escolar no planejamento educacional, o professor foi induzido a ampliar seu espaço de atuação, o que, juntamente com outros fatores, acarretou na intensificação do seu trabalho, uma vez que ele assume novas funções e responsabilidades no âmbito escolar que estão muito além do trabalho dispensado em sala de aula.

Compreende-se, portanto, com as leituras de estudos teóricos já desenvolvidos acerca do assunto, que não basta a criação de um conjunto de legislações para promover a melhoria da qualidade da educação, tampouco a valorização docente, pois essas legislações apresentam algumas limitações, fazendo-se necessária a garantia de políticas públicas educacionais abrangentes e contínuas.

As políticas educacionais, da maneira como têm sido implementadas, ou seja, na perspectiva neoliberal, não traduzem as mudanças que se almejam na educação, especialmente no que se refere à política de valorização docente, pois reforçam a reprodução das desigualdades, uma vez que a redefinição do papel do Estado como regulador das políticas educacionais tem se caracterizado como reprodução de uma falsa melhoria na qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Iria. **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. São Paulo: Cortez, 2008.

GATTI, Bernardete Angelina. **Políticas docentes no Brasil: um estudo da arte**. Brasília: UNESCO, 2011. p. 25.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p.44-46.

MONLEVADE, João. Pequenas geografias, história e economia da profissão docente no Brasil. In: MENEZES, Luis Carlos (Org.). **Professores: formação e profissão**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Nupes, 1996. p. 137-158. (Coleção Formação de Professores).

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 468-156-157.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.